

Secretaria de  
Estado da  
SaúdeESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SES - COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITESES  
Secretaria de Estado  
da Saúde

cosems | GO

**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB****Resolução nº 191/2024 - CIB      Goiânia, 08 de julho de 2024**

**Aprova a instituição do Grupo de Trabalho de apoio às ações de desinstitucionalização para pessoas com transtornos mentais em situação de internação de longa permanência em hospitais psiquiátricos, comunidades terapêuticas e outras instituições congêneres no Estado de Goiás.**

**A Coordenação da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Goiás, no uso das atribuições regimentais que lhe foi conferida e considerando:**

- 1 – A Lei n.º 8080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;**
- 2 – A Lei n. 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental;**
- 3 – A Lei nº 10.708, de 31 de julho de 2003, que institui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações;**
- 4 – A Portaria nº 936/GM/MS, de 18 de maio de 2004, dispõe sobre a Estruturação da Rede Nacional de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde e a implantação e implementação de Núcleos de Prevenção à Violência em Estados e Municípios;**
- 5 – A Portaria nº 2.644/GM/MS, de 28 de outubro de 2009, que estabelece novo reagrupamento de classes para os hospitais psiquiátricos, reajusta os respectivos incrementos e cria incentivo para internação de curta duração nos hospitais psiquiátricos e dá outras providências;**
- 6 – As recomendações da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial, ocorrida entre 27 de junho e 1º de julho de 2010;**
- 7 – A Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010 – que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS;**
- 8 – O Decreto n.º 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei n.º 8.080, de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa;**
- 9 – A Lei Complementar n.º 141, de 13 de janeiro de 2012, que introduziu significativas mudanças no planejamento do Sistema Único de Saúde (SUS), vinculando a urgente reformulação dos processos de programação das ações e serviços de saúde;**
- 10 – A Portaria Interministerial nº 03, de 21 de setembro de 2012, que versa sobre a parceria entre o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e o Sistema Único de Saúde (SUS);**
- 11 – A Lei n. 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que assegura e promove, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania;**
- 12 – A Resolução CIT nº 23, de 17 de agosto de 2017, que estabelece diretrizes para os processos de Regionalização, Planejamento Regional Integrado, elaborado de forma ascendente, e Governança das Redes de Atenção à Saúde no âmbito do SUS;**
- 13 – A Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a consolidação das normas**

das redes do Sistema Único de Saúde;

**14** – A Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

**15** – A Resolução CIT nº 37, de 22 de março de 2018, que dispõe sobre o processo de Planejamento Regional Integrado e a organização de macrorregiões de saúde;

**16** – A Resolução CNJ 487/2023 - Política Antimanicomial do Poder Judiciário e estabelece procedimentos e diretrizes para implementar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei n. 10.216/2001, no âmbito do processo penal e da execução das medidas de segurança.

**17** – A Resolução CNAS nº 119, de 04 de Agosto de 2023, que aprova os parâmetros para atuação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na relação interinstitucional da rede socioassistencial com o Sistema de Justiça e outros Órgãos de Defesa e Garantia de Direitos.

**18** – As discussões na reunião do Grupo de Trabalho de Atenção à Saúde, da Comissão Intergestores Bipartite – CIB, que aconteceu no dia 14 de junho de 2024.

## **RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar em Reunião Ordinária, do dia 20 de junho de 2024, a instituição do Grupo de Trabalho de apoio as ações de desinstitucionalização para pessoas com transtornos mentais em situação de internação de longa permanência em hospitais psiquiátricos, em comunidades terapêuticas e outras instituições congêneres no Estado de Goiás.

**Art. 2º** Serão objetivos do grupo:

**I** – apoiar o desenvolvimento de ações de desinstitucionalização de pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas em situação de internação de longa permanência em hospitais psiquiátricos, em comunidades terapêuticas e outras instituições congêneres no Estado de Goiás; e

**II** – apoiar o desenvolvimento de ações e estratégias nos processos de reabilitação psicossocial no território das pessoas desinstitucionalizadas, favorecendo-se os percursos de produção de autonomia e da contratualidade social, de forma a garantir seus direitos e a efetiva participação e inclusão social, fortalecendo a RAPS.

Parágrafo único. Para fins desta Portaria, considera-se a internação de longa permanência de que trata o inciso I do "caput" aquela superior a 1 (um) ano, de forma ininterrupta.

**Art. 3º** Para a consecução dos objetivos estabelecidos pelo art. 2º fica criado, no Componente de Desinstitucionalização da RAPS de Goiás, o Grupo de trabalho de Desinstitucionalização.

**Art. 4º** Compete ao Grupo de Desinstitucionalização:

**I** – Acompanhar as equipes profissionais da RAPS envolvidas em processos de desinstitucionalização de pessoas em situação de internação de longa permanência em hospitais psiquiátricos, em comunidades terapêuticas e outras instituições congêneres no Estado de Goiás;

**II** – Articular serviços intersetoriais com vistas a viabilizar processos de desinstitucionalização e, por consequência, promover o fechamento de instituições que não garantem assistência à saúde e promoção de direitos humanos;

**III** – Apoiar as equipes de profissionais de hospital psiquiátrico na transformação da organização institucional, com vistas à reabilitação psicossocial, com vistas à garantia e o respeito aos direitos humanos das pessoas internadas;

**IV** – Apoiar gestores municipais nos processos de implantação e habilitação dos dispositivos da RAPS;

**V** – Apoiar as equipes na identificação da situação de curatela e procurações existentes com o devido acionamento dos órgãos competentes para as providências necessárias;

**VI** – Apoiar as equipes na articulação dos recursos, instituições e pontos de atenção da RAPS no território para acolhimento, cuidado e reabilitação psicossocial das pessoas com internação de longa permanência, visando à desinstitucionalização, respeitando-se, sempre que possível, os vínculos criados pelas pessoas durante o período em que estiveram internadas, de acordo com os seguintes critérios:

**a.** retorno à família, quando houver possibilidade de coabitação e convivência, de acordo com projetos

terapêuticos singulares;

**b.** inserção nos Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT);

**c.** para as pessoas com deficiência, quando indicado, encaminhamento para as residências inclusivas, estabelecidas pela Portaria Interministerial nº 03/MDS/MS, de 21 de setembro de 2012;

**VII** – desenvolver em articulação com as escolas de saúde do SUS e universidades disponíveis nos territórios estratégias para educação permanente dos atores institucionais e comunitários implicados no projeto;

**VIII** – apoiar, quando necessário, os casos de internação psiquiátrica compulsória ou em cumprimento de medida de segurança e articular com os órgãos competentes para abordagem destas situações.

**Art. 5º** O Grupo de Trabalho será composto por membros titulares, lotados nas áreas abaixo mencionadas, sendo designados também seus respectivos suplentes.

**§ 1º** Cada membro do Grupo de Trabalho terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

**§ 2º** Os membros e respectivos suplentes, serão indicados pelos titulares dos órgãos ou entidades que representam.

**§ 3º** A coordenação do Grupo de Trabalho fica a Cargo da Gerência Estadual de Saúde Mental/SPAIS/SES-GO.

**Art. 6º** O Grupo de Trabalho terá a seguinte composição:

**I** – Da Secretaria de Estado da Saúde:

**a)** Superintendência de Atenção Integral à Saúde (SPAIS):

**1-** Gerência de Saúde Mental

**b)** Superintendência de Vigilância em Saúde (SUvisa):

**1-** Gerência de Vigilância Sanitária

**II** – Da Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDS:

**a)** Superintendência de Desenvolvimento e Assistência Social

**1.** Gerência de gestão do SUAS

**2.** Gerência de Entidades de Assistência Social e Regulação

**3.** Gerência de Proteção Social de Alta Complexidade

**III** – Conselho Estadual de Saúde

**IV** – Conselho Estadual de Assistência Social

**V** – Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS)

**VI** – Ministério da Saúde

**VII** – Fiocruz/Brasília – Núcleo de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas (NUSMAD)

**VIII** – Conselho Regional de Psicologia 9ª Região GO

**IX** – Universidade Federal de Goiás - UFG

**Parágrafo Único:** O Grupo de Trabalho de Estratégias de Desinstitucionalização da RAPS em Goiás poderá solicitar, quando se fizer necessário, a participação de representantes externos e/ou internos para encaminhamentos específicos do supracitado Grupo.

**Art. 7º** O GT deverá estabelecer cronograma de trabalho, considerando diferentes etapas das suas atribuições:

**§ 1º** Etapa 1 – Elaboração do Plano Estadual de Desinstitucionalização;

**§ 2º** Etapa 2 – Apoio técnico na Implantação e implementação do Plano de Desinstitucionalização regional.

**§ 3º** Etapa 3 – Acompanhamento as ações de desfecho dos processos de desinstitucionalização.

**Art. 8º** O Grupo de Trabalho de que trata esta Portaria se reunirá, em caráter ordinário, mensalmente e, em caráter extraordinário, sempre que convocado pela sua coordenação.

**Art. 9º** O Grupo de Trabalho terá duração de 12 meses, prorrogáveis por mais 6 (seis) meses, contados da data de publicação desta Resolução.

**Parágrafo Único** A prorrogação das atividades do GT poderá ocorrer mediante proposta, devidamente fundamentada, à Gerência Estadual de Saúde Mental de Goiás.

**Art. 10.** A participação no Grupo de Trabalho de que trata esta Resolução será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

**Art. 11.** Os membros do Grupo de Apoio a Desinstitucionalização serão indicados considerando para tanto o conhecimento teórico, habilidade e atitude do profissional no que se refere a atenção na saúde mental e por indicação consensual dos representantes do órgão e entidade representada.

**§ 1º** É dever do participante comparecer às reuniões e participar assiduamente nas discussões do grupo, bem como repassando aos órgãos representados para melhor desenvolver as ações de Desinstitucionalização no Estado de Goiás.

**Art. 12.** Das atribuições da Coordenação do Grupo de Trabalho:

I – Coordenar as atividades do Grupo no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde;

II – Receber, protocolar, expedir, distribuir e controlar a tramitação de todas as documentações referentes ao Plano Estadual de Desinstitucionalização;

III – Articular, coordenar, integrar e validar os processos de implantação e implementação do Plano de Desinstitucionalização em seus diversos componentes e fases com base nas diretrizes e estratégias orientadoras.

IV – Zelar pelo monitoramento e avaliar o processo de implantação e implementação do Plano Estadual de Desinstitucionalização, propor atualizações na proposta do Grupo, conforme necessidades identificadas no monitoramento e avaliação.

**Art. 13.** A organicidade e a funcionalidade do Grupo de Trabalho para elaborar, implantar e acompanhar a execução do Plano Estadual de Desinstitucionalização da RAPS em Goiás, estarão estabelecidas em plano de ação, onde serão detalhadas informações sobre seus aspectos técnicos e operacionais a ser apresentado no máximo em 90 dias.

**Art. 14.** Esta resolução entra em vigor na data da assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

#### REPRESENTAÇÃO ESTADUAL

**RASÍVEL DOS REIS SANTOS JÚNIOR**

**Secretário de Estado da Saúde**

#### REPRESENTAÇÃO MUNICIPAL

**PATRÍCIA PALMEIRA DE BRITO FLEURY**

**Presidente do COSEMS**

SES - COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE, em GOIANIA - GO, aos 08 dias do mês de julho de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **PATRÍCIA PALMEIRA DE BRITO FLEURY**, Usuário Externo, em 09/07/2024, às 14:52, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **RASIVEL DOS REIS SANTOS JUNIOR**, Secretário (a) de Estado, em 11/07/2024, às 14:53, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.go.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **62281504** e o código CRC **9C8E353F**.

SES - COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE  
NAO CADASTRADO, NAO CADASTRADO - Bairro NAO CADASTRADO - GOIANIA - GO - CEP  
74000-000 - .



Referência: Processo nº 202400010043695



SEI 62281504